

## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128

### SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA

#### Sumário

1	Objetivo .....	1
2	Instrumento Legal do Processo de Autorização para a Supressão de Vegetação Nativa – AuC. ....	1
3	Instruções Gerais .....	1
4	Instruções Específicas.....	2
5	Documentação Necessária para a Supressão de Vegetação Nativa .....	5
Anexo 1	Termo de Referência para o Inventário Florestal .....	8

#### 1 Objetivo

Definir a documentação necessária para a emissão de autorização para a **supressão de vegetação nativa**.

#### 2 Instrumento Legal do Processo de Autorização para a Supressão de Vegetação Nativa em Área Urbana - AuC

- Autorização de Corte de Vegetação (AUC): autoriza a supressão de vegetação, nos termos da Lei Federal nº. 12.651/2012, Lei Estadual nº 14.675/09, Lei Estadual nº 16.342/2014, Lei Federal nº 11.428/2006 e Decreto Federal nº 6.660/2008.

#### 3 Instruções Gerais

- a. Quando a supressão de vegetação estiver vinculada a um empreendimento passível de licenciamento ambiental, o empreendedor deve requerer a Autorização de Corte (AuC) de Vegetação na fase de Licença Ambiental Prévia, apresentando o inventário florestal, o levantamento fitossociológico, o plano de corte e ainda o inventário faunístico, se couber, os quais são avaliados pelo INIS juntamente com os demais estudos necessários para fins de obtenção da Licença Ambiental Prévia. A Autorização de Corte de Vegetação somente será expedida juntamente com a Licença Ambiental de Instalação nos termos da Resolução CONSEMA nº 250/2024.
- b. Segundo o disposto na Lei nº 11.428/06, a supressão de vegetação primária e secundária em estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública e nos casos previstos no Art. 30 da Lei Federal Nº 11.428/2006. A vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública, interesse social e nos casos previstos no Art. 31 da Lei Federal Nº 11.428/2006, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.
- c. Em empreendimentos de utilidade pública, havendo necessidade de supressão de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma da Mata Atlântica, o empreendedor deve requerer a Autorização de Corte de Vegetação apresentando o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).
- d. Quando houver necessidade de captura, coleta e transporte de fauna silvestre em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna, deve ser formalizado junto ao IMA o pedido de autorização ambiental, conforme Instrução Normativa nº 62.
- e. Na existência de unidades de conservação que possam ser afetadas no seu interior ou zona de amortecimento, o INIS formalizará requerimento ao responsável pela Unidade de Conservação ou seu Conselho Gestor, nos termos da Resolução CONSEMA nº 250/2024, arts. 23º e 24º e respectivos parágrafos.

- f. Conforme as especificidades e a localização do empreendimento, o INIS poderá solicitar a inclusão de projetos de recomposição paisagística e outros procedimentos que julgar necessários, nos termos da legislação pertinente.
- g. Nas faixas marginais dos recursos hídricos existentes na área mapeada para implantação do empreendimento, deve ser respeitado o afastamento mínimo previsto na legislação vigente.
- h. Os arquivos de texto e estudos ambientais devem ser redigidos em português, e entregues em formato pdf texto.
- i. O INIS poderá solicitar, a qualquer momento, os arquivos vetoriais georreferenciados que representem as áreas do imóvel e de corte de vegetação, inclusive as de compensação e manutenção, quando couberem.
- j. As plantas e mapas devem seguir as Normas Brasileiras (ABNT), com unidades do Sistema Internacional de Unidades, e devem ser entregues no formato pdf. e “shapefile”, em escala nominal de pelo menos 1:5.000, contendo os metadados de acordo com o perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (Perfil MGB).
- k. Deverão ser enviadas as poligonais do empreendimento e da área de corte. Os arquivos vetoriais e matriciais (raster) deverão atender às seguintes especificações técnicas:
  - sistema de projeção UTM Zona 22s;
  - DATUM SIRGAS 2000;
  - o shapefile de ser em 2D, contendo apenas coordenadas X e Y.

Somente os arquivos principais que compõem o shapefile (extensões: .dbf .prj .shp .shx) referente à área do imóvel e do polígono de corte devem ser selecionados para a criação do arquivo compactado no formato ZIP.

- l. Imagens disponibilizadas gratuitamente pelo Google Earth podem ser apresentadas apenas para fins ilustrativos e não substituem os mapas e plantas elaborados por profissionais habilitados ou produzidos por órgãos oficiais.

#### **4 Instruções Específicas**

- 4.1 Deverá ser apresentada justificativa para a supressão de vegetação, com protocolo do processo de licenciamento ambiental vinculado, quando se tratar de atividade passível de licenciamento ambiental, conforme Resolução CONSEMA nº 251/2024. Caso se trate de uso da área para edificação não passível de licenciamento ambiental, deverá ser apresentado o projeto arquitetônico aprovado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.
- 4.2 Quando se tratar de Municípios da Zona Costeira, a área a ser desmatada para instalação, ampliação ou realocação de empreendimentos ou atividades que impliquem na supressão de vegetação nativa, quando permitido em lei, será compensada por averbação de, no mínimo, uma área equivalente, conforme o estabelecido no Decreto Federal nº 5.300/2004, art. 17º, § 1º e § 2º. A área com cobertura florestal deverá ser averbada e registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- 4.2 A compensação pela supressão de vegetação primária e secundária nos estágios médio e avançado de regeneração do Bioma da Mata Atlântica deverá incluir a destinação de área equivalente à área desmatada, conforme disposto na Lei nº 11.428/2006, art. 17º. Nestes casos, a área a ser averbada como compensação deverá estar localizada na mesma bacia hidrográfica e na mesma região metropolitana, preferencialmente no mesmo município e na mesma microbacia da área de supressão.
- 4.3 Além da compensação citada anteriormente, o empreendedor tem a opção de destinar, mediante doação ao Poder Público, área equivalente no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo estado e, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica (Decreto nº 6660/2008, art. 26º).

- 4.4 Verificada pelo órgão ambiental a inexistência de área que atenda aos requisitos acima elencados, o empreendedor deverá efetuar a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente à desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica. A execução da reposição florestal deverá seguir as diretrizes definidas em projeto técnico, elaborado por profissional habilitado e previamente aprovado pelo órgão ambiental competente, contemplando metodologia que garanta o restabelecimento de índices de diversidade florística, compatíveis com os estágios de regeneração da área desmatada (Decreto nº 6660/2008, art. 26º, § 1º e § 2º).
- 4.5 A compensação ambiental pela supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente será definida pelo previsto na Resolução CONAMA nº 369/06, art. 5º, § 1º e 2º e na Lei nº 12.651/2012.
- 4.6 A compensação ambiental pela supressão espécies ameaçadas de extinção deverá atender à Instrução Normativa INIS Nº 127, estimando-se o número de exemplares dessas espécies presentes na área de supressão de vegetação.
- 4.7 **Todas as compensações ambientais propostas pelo requerente serão analisadas e definidas pelo INIS, devendo ser cumpridas pelo requerente antes da emissão da Autorização de Corte (incluindo os trâmites de averbação de Área Florestada junto ao Registro de Imóveis do Município).**
- 4.8 No cômputo da área de compensação, devem ser excetuadas outras áreas especialmente protegidas, estabelecidas na forma da lei, como as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.
- 4.9 Quando da supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma da Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, deverá ser preservada, no mínimo, 50% da área total coberta por vegetação, sendo vedada sua supressão nos perímetros urbanos aprovados a partir de 26/12/2006 (Lei nº 11.428/06, arts. 17º e 30º).
- 4.10 Quando da supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma da Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, deverá ser preservada, no mínimo, 30% da área total coberta por vegetação. Nos perímetros urbanos assim delimitados em lei a partir de 26/12/2006, a área a ser preservada deverá ser, no mínimo, de 50% da área total coberta por vegetação (Lei nº 11.428/06, arts. 17º e 31º).
- 4.11 **A área de manutenção de vegetação nativa (30% ou 50% da cobertura vegetal) deverá ser averbada junto à Matrícula do mesmo imóvel objeto de supressão, antes da emissão da Autorização de Corte.**
- 4.12 Para fins de área verde, é possível o aproveitamento de vegetação nativa da Mata Atlântica de que trata Lei Federal nº 11.428/2006, arts. 30º e 31º, bem como as das APPs existentes no imóvel (Lei Estadual nº 16.342/2014, art. 136º-A).
- 4.13 Para classificação dos estágios sucessionais da vegetação nativa da Floresta Ombrófila Densa, deverá ser considerada a Resolução CONAMA nº 04/1994 e Lei Estadual Nº 14.675/2009.
- 4.14 Nos casos de supressão de vegetação de restinga, deverão ser consideradas para classificação da vegetação e seu respectivo estágio sucessional as Resoluções CONAMA nº 417/2009 e nº 261/1999, conjuntamente.
- 4.15 As pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenham autorização para supressão de vegetação nativa, são obrigadas à reposição florestal (Lei nº 12.651/12, art. 33º, § 1º), que poderá ser efetuada mediante o plantio de espécies nativas ou através da compra de créditos de reposição florestal.
- 4.16 O empreendedor deve afixar placa alusiva à autorização de corte de vegetação no local da obra, durante sua validade e execução, informando o número da Autorização de Corte e sua data de validade.

- 4.17 A exploração de matéria-prima florestal nativa para uso no processamento de produtos ou subprodutos destinados à comercialização, tais como lenha para secagem ou processamento de folhas, frutos e sementes, assim como a exploração de matéria-prima florestal nativa para fabricação de artefatos de madeira para comercialização, entre outros, dependerá de autorização do órgão ambiental competente (Decreto Federal nº 6.660/08, art. 2º, § 4º).
- 4.18 Fica isento da reposição florestal aquele que utilize costaneiras, aparas, cavacos ou resíduos provenientes de atividade industrial, ou matéria prima florestal, oriunda de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, floresta plantada ou de atividade não madeireira (Lei nº 12.651/2012, art. 33º, § 2º), ou ainda aqueles que usufruíram do corte de 2 ha de estágio médio nas pequenas propriedades rurais, quando pequeno produtor rural ou populações tradicionais.
- 4.19 Deverá ser realizado levantamento florístico da área objeto da supressão, que deverá considerar todas as formas de vida (arbóreas, arbustivas, pteridófitas, herbáceas, epífitas e trepadeiras) e indicar as espécies consideradas raras, endêmicas, bioindicadoras, ameaçadas de extinção e legalmente protegidas.
- 4.20 Deverá ser apresentado inventário florestal dos exemplares de espécies arbóreas presentes na área de supressão, contemplando metodologia por amostragem em pelo menos três parcelas, ou censo 100% da área analisada.
- 4.21 Deverá ser apresentado plano de corte descrevendo a metodologia da supressão, medidas adotadas para evitar danos à vegetação nativa adjacente durante os serviços (se for o caso), realocação de epífitos, afugentamento ou captura e realocação de fauna.
- 4.22 O levantamento florístico, o inventário florestal e o plano de corte deverão ser elaborados por profissional habilitado da área florestal (Biólogo, Engenheiro Florestal ou Engenheiro Agrônomo), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.
- 4.23 O levantamento de fauna será obrigatório em áreas urbanas, quando a vegetação a ser suprimida for:
- primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;
  - secundária em estágio médio de regeneração com área igual ou superior a 0,5 ha; ou
  - secundária em estágio inicial de regeneração com área igual ou superior a 1,0 ha e estiver localizada de maneira contígua à Área de Preservação Permanente ou conectada com Fragmentos Florestais de vegetação nativa (entende-se por área contígua quando não houver barreira física, tais como edificações e arruamento).
- 4.24 O levantamento faunístico deverá indicar as espécies endêmicas, ameaçadas de extinção e migratórias, segundo as listas oficiais nacional e estadual. O esforço amostral deve ser compatível com o tamanho e heterogeneidade da área, contemplando a sazonalidade da região.
- 4.25 O levantamento faunístico deverá ser elaborado por profissional habilitado (Biólogo ou Médico Veterinário), com o respectivo documento de responsabilidade técnica.
- 4.26 Sempre que julgar necessário, o INIS solicitará estudos ambientais aplicáveis ao processo de supressão de vegetação, ou informações complementares, tais como: estudo hidrogeológico, imagens de satélite, fotos aéreas e ortofotocarta da área do empreendimento.
- 4.27 O transporte da madeira e do material lenhoso nativo com fins comerciais ou industriais deverá ser acompanhado do Documento de Origem Florestal – DOF, que deverá ser providenciado pelo requerente após a emissão da AUC.
- 4.28 Após recebimento da Autorização de Corte, o empreendedor deverá encaminhar ao INIS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do vencimento da AuC, o Relatório Final de Execução, demonstrando que a supressão foi executada em conformidade com o projeto aprovado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 4.29 Para supressão de vegetação nativa localizada em zona rural, além dos itens listados acima, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

- a. A supressão de novas áreas de florestas ou outras formas de vegetação nativa apenas será autorizada pelo órgão ambiental se o imóvel estiver inserido no Cadastro Ambiental Rural-CAR (Lei Federal nº 12.651/2012, art. 12º).
- b. A Reserva Legal não será exigida de áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, implantação e ampliação de rodovias e ferrovias (Lei Federal nº 12.651/2012, art. 12º).
- c. A aprovação da localização da área de Reserva Legal será feita na etapa de homologação do CAR e deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios: I - Plano de Bacia Hidrográfica, II - Zoneamento Ecológico Econômico, III - Formação de Corredores Ecológicos com outras Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação ou outras áreas legalmente protegidas, IV- Áreas de maior fragilidade ambiental (Lei Federal nº 12.651/2012, art. 14º).
- d. O registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis (Lei Federal nº 12.651/2012, art. 18º).
- e. A inserção do imóvel no perímetro urbano definido mediante lei municipal não desobriga o proprietário ou posseiro da manutenção da área de Reserva Legal, que só será extinta concomitantemente ao registro do parcelamento do solo para fins urbanos aprovado segundo legislação específica e consoante as diretrizes do plano diretor de que trata a Constituição Federal no art. 182º, § 1º, podendo ser utilizada como área verde.
- f. Apenas nos casos de compensação da área de Reserva Legal em outro imóvel, a servidão ambiental deverá ser averbada à margem da matrícula de todos os imóveis envolvidos (Lei Federal nº 12.651/2012, art. 78º).
- g. A exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa provenientes de formações naturais, para consumo nas propriedades rurais, posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, no limite de 15m³ de lenha por ano e 20m³ de madeira a cada três anos, independe de autorização dos órgãos competentes (Decreto Federal nº 6.660/2008, art. 2º).
- h. A exploração de matéria-prima florestal nativa para uso no processamento de produtos ou subprodutos destinados à comercialização, tais como lenha para secagem ou processamento de folhas, frutos e sementes, assim como a exploração de matéria-prima florestal nativa para fabricação de artefatos de madeira para comercialização, entre outros, dependerá de autorização do órgão ambiental competente (Decreto Federal nº 6.660/2008, art 2º, § 4º).
- i. A Autorização de Corte (AuC) para casos de supressão, exploração ou corte de vegetação do Bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, só será emitida em caráter excepcional quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas; ou quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, até o limite de dois hectares uma única vez, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após a reserva legal cadastrada no CAR ( Lei nº 11.428/06, art. 23º).

## **5 Documentação necessária para a supressão de vegetação nativa**

### **a) Requerimento de Autorização de Corte contendo:**

- Dados pessoais do requerente (nome completo/razão social, CPF/CNPJ, endereço residencial/correspondência e telefone);
- Endereço do empreendimento;
- Identificação do responsável técnico (nome completo, CPF, endereço para correspondência e telefone);

- Justificativa para a supressão de vegetação;
  - Localização do empreendimento segundo as coordenadas planas (UTM), no sistema de projeção (DATUM) SIRGAS 2000;
  - Área de supressão (m<sup>2</sup>).
- b) Procuração para representação do interessado, com firma reconhecida, quando o processo não for protocolado pelo proprietário do imóvel.
- c) Ata da eleição da última diretoria quando se tratar de Sociedade ou do Contrato Social registrado quando se tratar de Sociedade de Quotas de Responsabilidade Limitada.
- d) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- e) Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 30 dias) ou comprovante de posse.
- f) Comprovante de Inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR, com Reserva Legal registrada, quando couber.
- g) Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF/AIDA do empreendedor, da empresa consultora ou responsável técnico, quando couber.
- h) Inventário florestal, conforme Termo de Referência. Ver modelo Anexo 1.
- i) Levantamento florístico.
- j) Levantamento faunístico, com documento de responsabilidade técnica do profissional responsável por sua elaboração, quando couber.
- k) Plano de Corte descrevendo a metodologia da supressão, medidas adotadas para evitar danos à vegetação nativa adjacente durante os serviços (se for o caso), realocação de epífitos, afugentamento ou captura e realocação de fauna.
- l) Relatório descritivo com a forma de Compensação pela Supressão de Vegetação.
- m) Quando a compensação proposta envolver a averbação de área equivalente, deverá ser apresentado:
- Mapa georreferenciado indicando as coordenadas UTM (SIRGAS 2000) dos vértices da área a ser averbada;
  - Laudo referente ao estágio sucessional da vegetação da área a ser averbada, com registro fotográfico, elaborado por profissional habilitado da área florestal (Biólogo, Engenheiro Florestal ou Engenheiro Agrônomo), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;
  - Matrícula atualizada do imóvel (emitida há no máximo 90 dias) e anuência do proprietário para a averbação (caso o imóvel não seja propriedade do requerente).
- n) Tabela com os vértices de cada poligonal objeto da proposta de supressão de vegetação, bem como das parcelas amostradas.
- o) Relatório descritivo com a forma de Reposição Florestal, quando couber.
- p) Documento de comprovação do crédito de reposição florestal ou formalização do processo de reposição florestal, quando couber.
- q) Shapefile da área do empreendimento.
- r) Shapefile do polígono de supressão.
- s) Shapefile do polígono da Reserva Legal, quando couber.
- t) Shapefile do polígono da área de compensação.
- u) Cronograma de execução da supressão de vegetação.

- v) Declaração de utilidade pública ou interesse social do empreendimento, emitida pelo Poder Público competente, quando couber.
- w) Auto de Constatação emitido pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, quando se tratar de situação de risco.
- x) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do inventário florestal, do levantamento florístico e do plano de corte.

## Anexo 1

### Termo de Referência para o Inventário Florestal

#### INFORMAÇÕES GERAIS:

- a. **Dados do empreendedor:** Nome, RG, CPF/CNPJ, Cadastro Ambiental Legal (Cadastro Técnico Federal – IBAMA/CTF/APP), endereço para correspondência e telefones para contato.
- b. **Identificação do Responsável Técnico:** Número da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração e execução do projeto de supressão de vegetação, Cadastro Ambiental Legal (Cadastro Técnico Federal – IBAMA/CTF/AIDA), endereço para correspondência, telefones para contato.
- c. **Informações sobre o imóvel:** Denominação do imóvel, descrição do documento de titularidade ou posse, área total do imóvel (ha), Cadastro Ambiental Rura – CAR (quando couber), Reserva Legal (quando couber), shapefile do empreendimento (extensões .shp, .pri), descrição das tipologias vegetais existentes no imóvel com suas respectivas áreas em m<sup>2</sup> e uso atual do solo.

#### INVENTÁRIO FLORESTAL:

1. Objetivo da supressão de vegetação.
2. Área total da supressão de vegetação (mapa do(s) polígono(s) de corte).
3. Área da supressão de vegetação em estágio inicial, médio e/ou avançado de regeneração, respectivamente.
4. Metodologia:
  - i. Método de amostragem utilizado;
  - ii. Definição da intensidade amostral;
  - iii. Método de cubagem utilizado e apresentação dos dados obtidos;
  - iv. Método utilizado para cálculo de estimativas de volume (equação volumétrica);
  - v. Processo de amostragem: Descrição e justificativas do processo de amostragem utilizado, tamanho e forma das unidades amostrais.
5. Análise Estatística (Média, Variância, Desvio Padrão, Coeficiente de Variação (%), Variância da Média, Erro Padrão da Média); Valor de t tabelado (95%); Erro de Amostragem Absoluto; Erro de Amostragem Relativo (%); Número ótimo de parcelas necessárias. A análise estatística de comprovação da suficiência amostral e do limite de erro deve ser de no máximo 20% com 95% de probabilidade. O tamanho mínimo das parcelas deverá ser de 100 (cem) metros quadrados.
6. Coleta das informações, variáveis de interesse: nível de inclusão dos diâmetros (DAP) dos indivíduos deverá ser igual ou superior a 4,0 cm ou menor, de acordo com resolução específica.
7. Estrutura Paramétrica: para cálculo do volume de lenha em estéreo (st) deverá ser utilizado o Fator de Empilhamento de 1,5 (fator de conversão da madeira quando cortada e empilhada, convencionado na tentativa de eliminar os espaços vazios encontrados entre os toretes empilhados).
8. Descrição de todos os indivíduos levantados nas parcelas (devidamente identificados e numerados de forma sequencial, com dados de DAP, altura, área basal e volume), coordenadas das parcelas amostrais com sistema de projeção UTM Zona 22S, DATUM SIRGAS 2000.
9. Parâmetros fitossociológicos analisados (abundância, frequência, dominância, valor de importância, valor de cobertura, índice de valor de importância).

10. Composição florística.
11. Apresentação de dados relacionados aos indivíduos mortos encontrados nas parcelas, se houver.
12. Enquadramento da vegetação conforme Resolução CONAMA n° 04/1994 e Resoluções CONAMA n° 417/2009 para os casos de vegetação de restinga e manguezais.
13. Apresentação da descrição do dossel, sub-bosque, serrapilheira, trepadeiras, espécies indicadoras e epífitas.
14. Espécies Endêmicas/Ameaçadas de Extinção: Apresentar tabela com nome científico, nome popular, dados dendométricos, volume a ser suprimido, número de exemplares a serem suprimidos, comprovar a inexistência de alternativa locacional, apresentar considerações sobre o risco da extinção *in situ* da espécie, apresentar medidas mitigatórias e de compensação que serão adotadas.
15. Tabela-resumo por parcela das espécies que serão suprimidas, incluindo o nome comum e científico, número de indivíduos por hectare, número total de indivíduos a serem suprimidos, DAP médio, altura média, volume em metros cúbicos (m<sup>3</sup>) e/ou estéreo (st) e área basal média por espécie.
16. Tabela-resumo geral do inventário por espécie, incluindo o nome comum e científico das espécies que serão suprimidas, número total de indivíduos a serem suprimidos, DAP médio, altura média, volume em metros cúbicos (m<sup>3</sup>) e/ou estéreo (st) e área basal média por hectare.
17. Forma de compensação ambiental pela supressão de vegetação a ser adotada pelo empreendedor e a área georreferenciada a ser destinada para cumprimento da compensação.
18. Forma de reposição florestal a ser adotada pelo empreendedor, se couber.
19. Cronograma de execução da supressão de vegetação.
20. Referências Bibliográficas.